

EDITORIAL

O volume 7, nº1 de 2024, intitulado: *Trabalho, crise do capital e pandemia: explorando a interseção entre metamorfoses e resistências* propõe uma reflexão sobre os desafios e transformações do trabalho no sistema capitalista num momento histórico em que o mundo foi profundamente abalado pela pandemia da COVID-19, reatualizando e intensificando a crise do capital.

Durante o período pandêmico, o trabalho, elemento central do capitalismo, passou por metamorfoses aceleradas. A emergência do trabalho remoto, o avanço da automação, a diminuição dos custos do trabalho, novas formas de controle, vigilância e gestão do trabalho, a destruição de direitos e conquistas da classe trabalhadora, o processo de uberização e a precarização de diversas formas de trabalho, evidenciaram a necessidade de repensar o papel deste na sociedade. As fronteiras entre vida profissional e pessoal tornaram-se quase imperceptíveis, e novas formas de organização do trabalho ganharam destaque. Essas mudanças levantam questões sobre o futuro do trabalho, o papel da tecnologia e os direitos dos trabalhadores em um mundo cada vez mais digitalizado e flexível.

As metamorfoses no trabalho e no capital podem ser vistas como respostas adaptativas às crises, mas também como forças que moldam novas formas de exploração e controle, que vão impactar de forma diferente na vida de homens e mulheres, visto que estas desempenham atividades profissionais mais desvalorizadas, com menor remuneração e com menos oportunidades de ascensão profissional se comparadas com os homens, principalmente em se tratando de mulheres negras e pobres.

Em um momento em que o futuro do trabalho seguro é incerto, onde a valorização do capital emerge por meio de suas próprias ruínas e desigualdades sociais exacerbadas, é essencial explorar essas interseções entre as metamorfoses no mundo do trabalho, as formas de resistências e luta da classe trabalhadora e as disputas no campo das políticas e dos direitos sociais, para encontrarmos alternativas na construção de uma sociedade mais equitativa e justa socialmente.

Nesse sentido, reunimos neste volume oito artigos de fluxo contínuo relacionado ao escopo da revista, tratando-se de pesquisas bibliográficas, com reflexões e contribuições críticas para a construção de saberes sobre a temática.

Andressa de Oliveira Gregório apresenta em *Estado neoliberal e a constituição de uma cidadania precária para pessoas trans*, um debate com base nos resultados parciais de sua dissertação de mestrado, em que objetiva neste artigo discutir a relação entre Estado neoliberal e suas implicações na realidade da população trans brasileira, no que diz respeito aos direitos de cidadania, assim como os rebatimentos do neoconservadorismo e ascensão da nova direita na corrosão dos direitos dessa população.

Em *A atualidade da tese do sincretismo no serviço social em tempos de crise estrutural do capital*, Monique Rodrigues traz reflexões críticas sobre elementos dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social, resgatando a tese do sincretismo e discutindo sua atualidade na conjuntura da crise estrutural do capital, que desafia a formação profissional e os avanços conquistados pela profissão. Discute, ainda, a importância do estreitamento das relações entre a academia e os espaços profissionais, tendo em vista o fortalecimento do projeto ético-político da profissão.

Os autores: Joelcio Jackson Lima Silva e Thayná da Silva Felix discutem sobre a questão das trabalhadoras negras, com enfoque as trabalhadoras domésticas e ao contexto pandêmico, no artigo intitulado: *Trabalhadoras domésticas negras e a pandemia da COVID-19 no Brasil*, propiciando a partir de abordagem qualitativa, afrorreferenciada em intelectuais negras um debate sobre a exposição das trabalhadoras domésticas negras à morte, em específico durante a Pandemia da Covid-19 no Brasil.

A partir de uma análise crítica quanto ao modo de produção capitalista, o texto de Tatiana Lyra Lima Félix, intitulado: *o corpo da trabalhadora e a “igualdade de oportunidades” no capitalismo*, discute sobre a exploração do corpo da trabalhadora de procedência negra, nos brindando com reflexões críticas sobre o processo de reificação que inscreve a subjetividade e a corporeidade feminina na dinâmica capitalista, recorrendo principalmente as análises de Heleieth Saffioti (1976), Karl Marx (1985) e István Mészáros (2011).

Os autores Giovanni Amadeu de Jesus, Vinícius Araújo Pereira, Luzia Cristina de Almeida Serrano e Rafael Mangas Barbeiro, no artigo *Política Nacional de Humanização em disputa: uma análise crítica das contradições da saúde no capitalismo*, tomando por referência a tradição marxista realizam uma análise crítica sobre a Política Nacional de Humanização e seus impactos nos processos de saúde no contexto capitalista, trazendo contribuições para o debate sobre as limitações e possibilidades desta política para a construção de uma saúde humanizada em meio às contradições do modo de produção capitalista.

O artigo *Referências e implicações ético-políticas do pensamento doutrinário na profissionalização do serviço social no Brasil*, de Juan de Sál, possibilita uma análise sobre o pensamento conservador na profissão de serviço social sob a influência do humanismo cristão em sua gênese no Brasil, e suas respectivas implicações ético-políticas nas respostas dadas às expressões da “questão social”.

Wilson Machado Enes, no artigo *Jus cogens no contexto da pandemia oriunda da COVID-19: uma análise hipotética da consideração do direito à saúde*, no qual analisa a possibilidade de consideração do direito à saúde como um *jus cogens* no cenário da pandemia mundial do Covid-19, apresentando os acúmulos e dissensos sobre tal conceito no Direito Internacional e argumentando sobre o seu reconhecimento como um bem que deve ser juridicamente protegido internacionalmente, em face de posicionamentos domésticos, cujas diretrizes e concepções nem sempre convergem. O autor por fim, realiza uma análise comparativa do direito à saúde em três países: Brasil, Cuba e EUA - todos signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos- através de suas Constituições e observando como este direito é garantido nas ações de enfrentamento à COVID-19.

Por fim, no artigo *Particularidades do mercado de trabalho do Distrito Federal*, Reginaldo Ghiraldelli e Lucas Tenório Soares Carvalho sob a ótica das novas configurações e sociabilidade do trabalho no capitalismo brasileiro nas últimas décadas fecham esse volume, analisando as particularidades do mercado de trabalho no Distrito Federal e suas implicações para os direitos e as formas laborais contemporâneas.

Esperamos que as reflexões ora apresentadas possibilitem contribuições aos pesquisadores, estudantes e profissionais que possuam aproximação ou interesse pelos temas reunidos nesse volume.

A equipe editorial

Prof.^a Dra. Adriana Alice Gomes de Barros, Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, Curso de Serviço Social, Unidade Carangola.

Prof.^a Dra. Ebe Campinha dos Santos, Universidade Federal Fluminense – UFF, Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social de Niterói.

Leonardo do Carmo Lemos, Mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Universidade do Estado de Minas Gerais.